

*Presidencialismo tem preferência

BRASÍLIA — O equilíbrio no número de assinaturas das emendas presidencialista e parlamentarista deixa o sistema de governo como a maior incógnita da Constituinte, mas a preferência para votação em plenário já está garantida para a emenda presidencialista, que conseguiu três votos a mais do que a parlamentarista. Ela representa um consenso entre as propostas dos Deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Theodoro Mendes (PMDB-SP) e dos Senadores Humberto Lucena (PMDB-PB) e Edison Lobão (PFL-MA). Prevê um mandato de cinco anos para o Presidente da República, a expedição de decretos-leis e a moção de censura aos ministros, inclusive militares.

A preferência de votação para a emenda ficou garantida depois de um esforço dos quatro parlamentares, que reuniram num só texto as assinaturas que tinham conseguido para suas emendas individuais. Para assinar esta emenda conjunta, que representa um acordo com o grupo ligado ao Presidente José Sarney, Vivaldo Barbosa abriu mão do artigo que previa um mandato de quatro anos para o Presidente da República e admitiu o decreto-lei. Em troca, Theodoro Mendes, ligado ao Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), teve que aceitar a moção de censura inclusive a ministros militares, proposta pelo PDT. Lucena teve que esquecer a moção de censura coletiva, que poderia resultar até na dissolução do Congresso Nacional.

A emenda de Vivaldo Barbosa, que tramita desde as Comissões Temáticas, era a mais sintética, porque vi-



Sarney recebe a comissão de parlamentares favoráveis aos cinco anos

sava um amplo acordo entre todos os presidencialistas. A mais complexa era a de Theodoro Mendes. Ela fortalecia o Poder Legislativo, criando a Comissão Mista do Congresso, responsável pela coordenação e fiscalização da execução financeira, programática e orçamentária do Programa de Governo. Estavam excluídos da moção de censura os Ministros Militares e o Ministro-Chefe da Casa Civil.

A emenda Lucena previa a moção individual (um Ministro), plural (mais de um) e coletiva (maioria). Após duas moções coletivas num mesmo mandato, o Presidente poderia dissolver o Congresso. Com estas normas, o Presidente do Senado pre-

tendia preparar o País para a implantação do parlamentarismo.

O fortalecimento do Legislativo acabou sendo mantido na emenda presidencialista. O Artigo 98 prevê que os Ministros de Estado são obrigados a atender à convocação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Posteriormente, pelo voto de dois terços de seus membros, qualquer uma das Casas poderá votar resolução exprimindo discordância ao depoimento e às respostas do Ministro às interpeleções dos parlamentares. A moção de censura tem de ser feita por iniciativa de um terço e aprovada por dois terços dos membros do Congresso.

Governo ainda não definiu estratégia

Prisco critica 'históricos'

O Ministério da Habitação, Prisco Viana, afirmou ontem que as 317 assinaturas de apoio à emenda estabelecendo cinco anos de mandato para o Presidente Sarney mostram uma "tendência inquestionável e clara em favor desta duração". Lembrando que a maior parte dos nomes é do PMDB, ele criticou o grupo dos "históricos", que "têm uma retórica de oposição, mas há pessoas indicadas por eles que detêm posições importantes".

Em resposta ao Senador Fernando Henrique Cardoso, do PMDB, que o acusou de ser "um dos agentes do clientelismo e do fisiologismo do Governo", Prisco Viana disse: — O Senador manifestou uma frustração pessoal, pois sua retórica não domina o partido.

Na opinião do Ministro, a maioria do PMDB deseja dar suporte político ao Governo. No entanto, ele descartou qualquer hipótese de favorecimento em troca do apoio ao mandato de cinco anos. — O Presidente Sarney não discrimina ou cede a retaliações baseado em posições políticas — assegurou.

desenvolveu diversas ações com o objetivo de abrir alternativas. Lembrou que a divisão entre os presidencialistas prejudicou fases anteriores do processo, levando os Deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Theodoro Mendes (PMDB-SP), que haviam apresentado emendas separadas na Comissão de Sistematização, a reunirem numa só suas propostas, o que foi feito.

A segunda etapa da união dos presidencialistas ocorreu já às vésperas da apresentação das emendas, quando Sant'Anna foi procurado por Vivaldo Barbosa e pelos Senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Humberto Lucena (PMDB-PB), cada um autor de uma emenda, com a informação de que ninguém tinha conseguido 280 assinaturas. Convenceu os três, então, a juntar as emendas e assinaturas, compatibilizando as repetições, e o número foi alcançado.

Ao mesmo tempo, tratou de elaborar sua própria emenda individual, o que, segundo confessou, deu trabalho: teve de sintetizar em um só artigo a disposição de que o sistema de governo é presidencialista, o Presidente da República é o Chefe de Estado e de Governo, e lhe compete nomear e exonerar os ministros. Numa outra emenda, apresentou as demais atribuições do Presidente da República. Se optar por usar sua própria emenda, Sant'Anna articulará sua votação através de um pedido de destaque.

Senado limita uso do horário gratuito

BRASÍLIA — O Senado aprovou ontem projeto do Senador Afonso Camargo (PTB-PR) limitando a utilização do horário político gratuito aos partidos com representação no Congresso Nacional. O horário foi reduzido de 60 para 30 minutos.

O projeto foi aprovado em primeiro e segundo turnos e altera o Artigo 118 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos. A matéria, que será agora remetida para apreciação da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável e algumas emendas do relator, Senador Gérson Camata (PMDB-ES).

Durante a sessão, o Senador Manoel de Lacerda (PMDB-PE) considerou uma distorção o que se verificava até então, quando um partido como o PPB, mesmo sem qualquer integrante com mandato eletivo, teve um programa de uma hora, veiculado no chamado horário nobre, "desmoralizando a classe política". O autor do projeto, Senador Afonso Camargo, afirmou:

— Não podemos saturar o povo nem com excesso de tempo num dia só nem com excesso de espaços, pois isto não colabora com a democracia — disse.

Sarney diz a melhor que sua gestão é a melhor

BRASÍLIA — Após um curto balanço dos três anos de seu Governo, o Presidente José Sarney disse ontem a 59 prefetos da região paulista do Alto Mogiana que sua administração registrou os melhores índices da década de 80, com um crescimento econômico de 21,7 por cento, o terceiro maior saldo comercial do mundo e uma queda de cinco por cento no desemprego. O Presidente frisou que prestava contas aos prefetos que foram ao Palácio do Planalto apoiar o mandato de cinco anos.

Sarney recebeu também a emenda do Deputado Matheus Iansen (PMDB-PR), com 317 assinaturas de constituintes, numa audiência que incluiu ainda o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), o Senador Edison Lobão (PFL-MA) e os Deputados Alexandre Puzyna (PMDB-SC) e Milton Reis (PMDB-MG). Os parlamentares disseram, na saída, que transmitiriam ao Presidente a convicção de que a emenda está aprovada.

— Esses que assinaram a emenda o fizeram conscientemente e repetiram o gesto na votação — disse Matheus Iansen.

Ao discursar aos prefetos e em agradecimento ao Deputado João Cunha (PMDB-SP), que os levou ao Planalto, Sarney justificou a política econômica executada em 1987, defl-

nindo-a como dura, porém necessária para evitar a superinflação.

— No ano passado tivemos águas revoltas, que eram as de conseguir equilibrar os preços relativos. Foram dias difíceis, em que tive de tomar providências as mais duras no que se refere ao setor econômico, no que se refere à política monetária, porque, se não o fizesse, o País cairia numa superinflação — disse o Presidente.

Num desabafo, Sarney voltou a lamentar o boicote ao Plano Cruzado, afirmando que sua frustração o obrigou a pagar caro para "colocar as águas revoltas dentro do leito".

— Eu sabia desde o dia em que assinei o Plano Cruzado que a minha cabeça estaria à prova dos resultados que nós teríamos — afirmou.

Em seguida, o Presidente relacionou outras medidas, como a correção mensal dos salários e as eleições realizadas durante o seu período de Governo, para reforçar a tese de que a sua gestão foi a melhor da década.

— No primeiro ano tivemos eleições para os municípios das capitais e de segurança nacional; no segundo, para deputados, senadores e governadores; no terceiro, tivemos a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que permanentemente coloca o País, como é natural, num debate político de tamanha magnitu-

Ulysses reconhece a força dos 5 anos

BELO HORIZONTE — O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, considerou ontem de "significação ponderável" a apresentação da emenda Matheus Iansen, com 317 assinaturas, propondo cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney. Observou, porém, que a matéria ainda depende da votação no plenário.

Ulysses reconheceu que o quadro político e econômico nacional é preocupante. Segundo ele, o Governo Sarney e as forças democráticas que formam a Nova República herdaram "uma situação difícil, com uma dívida externa alta e vários vícios que ainda não foram sanados".

Ulysses veio a Belo Horizonte para um encontro com o Governador Newton Cardoso, no Palácio das Mangabeiras. Ele disse que está conversando com todos os Governadores do PMDB, para que façam um esforço conjunto no sentido de apressar os trabalhos da Assembleia Constituinte e, consequentemente, a promulgação da nova Constituição.

— Meu propósito é tomar providências para acelerar a Constituinte, porque o País precisa ter resposta para interrogações fundamentais — afirmou.

Segundo Ulysses, estão engajados nessa tarefa não só os Governadores mas também os prefetos e vereadores, pois a futura Carta deverá esta-

belecer uma melhor distribuição de recursos "para revitalizar a Federação, que é apenas figurativa".

Ulysses voltou a defender a unidade partidária, lembrando que o PMDB já conviveu pacificamente com seus segmentos autênticos e moderados. Ressaltou que "as divergências são democráticas e o PMDB precisa administrá-las pelo menos até a promulgação da nova Carta".

Dizendo-se contrário à prorrogação dos mandatos de prefetos e vereadores — "quem dá mandato é o povo" — o Presidente da Constituinte, sem responder abertamente, afirmou não ter mudado sua opinião a respeito do mandato do Presidente Sarney, ou seja, a favor dos cinco anos. Observou, contudo, que acompanhará o PMDB se a decisão for pelos quatro anos.

Na sua opinião, com a promulgação da nova Constituição, o partido reconquistará seu prestígio junto à opinião pública, principalmente nos grandes centros metropolitanos. Ulysses lembrou que recente pesquisa do Ibope indicou que o PMDB tem um ótimo índice de popularidade junto ao eleitorado, bastante distanciado dos demais partidos.

Indagado sobre a demissão do Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, o Deputado disse desconhecer a informação.

Projeto recebeu 2.045 emendas

BRASÍLIA — O projeto de Constituição da Comissão de Sistematização recebeu um total de 2.045 emendas. A questão da propaganda institucional foi tratada pelos Deputados Carlos Mosconi (PMDB-MG) e Paulo Delgado (PT-MG). Mosconi pede que a propaganda governamental seja disciplinada por lei federal e Delgado simplesmente quer proibir qualquer publicidade do Poder Público "que não diga respeito à divulgação de informações de caráter educativo relacionadas aos serviços públicos".

O Deputado Jesualdo Cavalcanti (PFL-PI) prevê "estabilidade no emprego após dois anos de efetivo serviço na empresa, com indenização em dobro em caso de despedida imotivada". O Deputado Darcy Pozza (PDS-RS) pede que a questão seja remetida à legislação ordinária. O Deputado Percival Muniz (PMDB-MT) pede o retorno da estabilidade a partir dos dez anos de trabalho na mesma empresa. O Deputado Flávio Palmier da Veiga (PMDB-RJ) propõe que, a cada dois anos de efetivo trabalho em uma mesma empresa, seja

concedido ao empregado 20 por cento de gratificação adicional, sem prejuízo de qualquer reajuste.

O Deputado Luis Salomão (PDT-RJ) propôs a realização de plebiscito 30 dias após a aprovação da redação final da nova Constituição. Se for rejeitada, a Constituinte deve ser dissolvida, para que, em 90 dias, sejam feitas novas eleições.

O Deputado Michel Temer (PMDB-SP) pediu um plebiscito sobre o sistema de governo. O Deputado Mário Assad (PFL-MG) determina, em sua emenda, que este referendo se realize junto com as eleições municipais deste ano.

O Norte fluminense, se aprovada a emenda do Deputado Jorge Leite (PMDB-RJ), passará a receber, durante dez anos, incentivos fiscais idênticos aos dados ao Polígono das Secas. O Deputado Jesus Tajra (PFL-PI) propõe redução de 50 por cento no valor dos impostos federais que o Piauí tenha de pagar.

O Deputado Osimir Lima (PMDB-AC) pediu a independência do Acre. Os Deputados Adolfo de Oliveira (PL-RJ), José Carlos Coutinho (PL-

RJ) e José Maurício (PDT-RJ) pedem a realização, ainda este ano, de um plebiscito para saber se a população concorda com a fusão do Estado do Rio com a antiga Guanabara, feita em 1975.

O Deputado Adylson Motta (PDS-RS) apresentou emenda prevenindo que perderá o mandato todo parlamentar que mude de partido durante o exercício do mandato. O mesmo parlamentar quer assegurar, como direito adquirido, a acumulação remunerada de cargos e funções reconhecidas pela atual Constituição.

Quatorze constituintes reuniram mais de 280 assinaturas para as suas propostas. Elas são chamadas de "emendas coletivas" e chegaram a 29. O Deputado Victor Faccioni (PDS-RS) conseguiu apresentar duas propostas. Uma prevê a isenção de impostos para todas as empresas de previdência privada. A outra determina que os recursos públicos destinados às escolas públicas possam ser gastos em bolsas de estudo para os que comprovem falta de recursos.

Dois emendas pedem a criação de

Estados. Uma, assinada pelos Deputados Chico Humberto (PDT-MG), Homero Santos (PFL-MG) e Virgílio Gallassi (PDS-MG), propõe o desmembramento de Minas para a formação do Estado do Triângulo. Outra, do Deputado Paulo Roberto (PMDB-PA), prevê a criação do Estado do Tapajós, na região Norte.

Dois emendas cuidam do sistema de governo. A presidencialista foi assinada pelo Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e pelos Senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Humberto Lucena (PMDB-PB). A parlamentarista é do Deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE).

A emenda do Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) altera por completo a destinação dos recursos da previdência social, especificando quem e como terá direito a receber a pensão previdenciária.

O Deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE) propõe o voto ponderado na eleição presidencial: independente do número de eleitores, cada Estado teria peso eleitoral correspondente ao número de representantes no Congresso.

'Uma Constituição voltada para o futuro'

"Vamos fazer uma Constituição contemporânea, voltada para o futuro e não para o passado". A afirmação foi feita ontem pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao discordar da análise dos segmentos de esquerda, segundo a qual o fato de o Centrão ter obtido as assinaturas necessárias para dar preferência às emendas do grupo significa que a nova Carta será menos avançada do que se esperava a partir do texto aprovado pela Comissão de Sistematização.

O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, entende que nas votações em plenário serão formadas maiorias para aprovação de emendas que vão aprimorar a proposta do Centrão. Para ele, nem sempre as assinaturas obtidas pelas propostas do Centrão significarão votos em plenário e seu pretende cooptar essas defecções.

— Vai sair uma Constituição

diferente do que eu gostaria mas, ainda assim, acho que há margem para melhorar, através de Emendas — disse.

Covas acha, contudo, que o processo será diferente, quanto ao sistema de governo e ao mandato do Presidente:

— Há os que querem quatro anos de qualquer maneira, os que querem cinco de qualquer maneira e os que ainda vão decidir, mas agora subscreveram a Emenda dos cinco anos.

Para Covas, fatores externos favorecem a tendência dos quatro anos e quanto mais tarde for a votação mais fica fortalecida a tese.

Mesmo admitindo que se a votação do mandato presidencial for em março favorecerá o mandato de quatro anos, Covas garante que seu grupo não usará qualquer estratégia com o objetivo de retardar os trabalhos da Constituinte para atingir esse objetivo.

Carioca opina sobre temas da nova Carta

Os trabalhadores do campo e da cidade devem ter direitos iguais? O Centro Pró-Memória da Constituinte fez esta pergunta a centenas de populares que passavam ontem pela Avenida Rio Branco, em pesquisa sobre um tema polêmico da futura Constituição. A apuração dos 401 votos mostrou que a maioria dos consultados é a favor da igualdade de direitos (372 votos) e poucos contra (24 votos, com cinco nulos). A maioria destes votantes, 220, tem mais de 30 anos, 141 completaram o 2º Grau, 121 o nível superior, cem apenas o 1º Grau e 15 são analfabetos.

Esta foi a segunda pesquisa feita pelo Centro, que em outubro consultou populares sobre o sistema de governo a ser adotado na nova Constituição: o presidencialismo venceu o parlamentarismo por pequena margem de votos.



José de Souza foi um dos ouvintes

Na pesquisa de ontem, os populares opinaram sobre esta questão que divide os parlamentares: enquanto a Comissão de Sistematização quer que os direitos desses trabalhadores sejam iguais e definidos na Constituição, o Centrão defende que a le-

gislação ordinária trate do assunto. José Ribeiro de Souza, 62 anos, que trabalhou 50 anos no campo, não tem uma noção clara da Constituinte e do que divide os parlamentares, mas defendeu direitos iguais para trabalhadores do campo e da cidade. Outros consultados, como o engenheiro Mário Lutterbach, também acham que a igualdade deve estar assegurada na futura Constituição.

A Coordenadora nacional do Programa Pró-Memória da Constituinte, Elizabeth Sussekund, anunciou que o Centro — que tem seis similares no País — promoverá novas consultas na Avenida Rio Branco, sempre às quintas-feiras, até o fim dos trabalhos da Constituinte. Os populares opinarão sobre temas como a Censura, a definição de empresa nacional, o uso da energia nuclear e a reforma agrária.